



cedsif

Centro de Desenvolvimento de
Sistemas de Informação de Finanças

UNIDADE GESTORA EXECUTORA DAS AQUISIÇÕES

Pedido de Manifestação de Interesse para Contratação de Serviços de Consultoria em Desenvolvimento e Implementação do Sistema Integrado de Cobrança e Gestão de Impostos Baseado em ETPM (*Enterprise Taxation And Policy Management*)

Concurso N.º: 08/ CPI/UGEA/CEDSIF/15

A reforma no sector público levada a efeito a partir de 2002, com a aprovação da Lei n.º 9/2002 de 12 de Fevereiro, que criou o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), tem inúmeras finalidades dentre as quais a modernização da solução de gestão de impostos internos e gestão do contribuinte. É neste contexto que se insere o Projecto e-Tributação, que tem por objectivo a implementação de acções de modernização dos serviços de administração tributária, tendo o suporte de sistema electrónico de gestão e cobrança de receitas, baseado na plataforma ETPM (*Enterprise Taxation and Police Management*).

O CEDSIF - Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças - convida as empresas (pessoas colectivas) interessadas a apresentarem a Manifestação de Interesse para Contratação de prestação de **serviços de desenvolvimento e implementação de um sistema integrado de cobrança e gestão de impostos internos (e-Tributação), com base na ferramenta ETPM (*Enterprise Taxation and Policy Management*) da Oracle Corporation.**

Os concorrentes interessados poderão obter mais informações levantando os TdR disponíveis na Av. Guerra Popular, n.º 20, 6.º andar, Porta 609, na Cidade de Maputo – Moçambique, ou baixá-los a partir do website: www.cedsif.gov.mz.

A apresentação da Manifestação de Interesse pelas empresas interessadas deverá ocorrer até o final de expediente do dia 23 de Março de 2015.

A participação no processo do concurso propriamente dito será restrita a uma pequena lista curta a apurar pela Entidade Contratante, nos termos do artigo 126 do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto n.º 15/2010, de 24 de Maio.

J A Autoridade Competente

